ESPAÇO EM REVISTA

ISSN: 1519-7816

https://periodicos.ufcat.edu.br/espaco

A ESTRUTURAÇÃO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO E A CRÍTICA À TEORIA DO VALOR-TRABALHO

Mariza Ferreira da Silva [1]

Edu Silvestre de Albuquerque [2]

Luís Lopes Diniz Filho[3]

SILVA, Mariza Ferreira da; ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de; FILHO, Luis Lopes Diniz. A ESTRUTURAÇÃO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO E A CRÍTICA À TEORIA DO VALOR-TRABALHO. **Espaço em Revista**, Catalão, v. 27, n. 1, p. 45–61, 2025. DOI: https://doi.org/10.70261/er.v27i1.74972 Disponível em: https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/espaco/article/view/74972 .

Esta obra está licenciada com uma Licença CC BY 4.0 . Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

Recebido: 20/02/2025 | **Aceito:** 23/05/2025 | **Publicado:** 08/07/2026

Resumo

O desenvolvimento da teoria do valor-trabalho do espaço geográfico representou a inserção dos geógrafos brasileiros no campo da crítica social e política. Contudo, ao analisar o espaço geográfico pela ótica do trabalho verifica-se que essa teoria deixou de atribuir a relevância devida ao aspecto cooperativo que o trabalho social contém e, sobretudo, deixou de considerar outros aspectos essenciais da produção do espaço: caso das trocas culturais e científicas. Da mesma forma, o uso da "teoria da exploração" aplicado ao entendimento da natureza da divisão internacional do trabalho, acabou condenando os países exportadores de capital e o capital a juros, fornecendo uma matriz analítica fatalista e mecanicista para trabalhar as relações sistêmicas entre as nações, uma vez que engessa a cooperação à escala internacional e o perscrutar de novos caminhos ao desenvolvimento das nações que não dispõe de poupança doméstica.

Palavras-chave: Teoria do valor. Valor-trabalho. Divisão Internacional do Trabalho. Espaço Geográfico.

THE STRUCTURING OF GEOGRAPHICAL THINKING AND THE CRITIQUE OF LABOR VALUE THEORY

Abstract

O The development of labor value theory of geographical space represents the insertion of Brazilian geographers in the field of social and political criticism. However, when analyzing geographical space from the perspective of work it appears that such theory did not give due relevance to the cooperative

[1] Doutora em Geografia, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Paraná, (PR), Brasil e-mail: marizafsbh@gmail.com

[2] Professor adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, (RN), Brasil e-mail: edu.albuquerque@ufrn.br

[3] Professor Associado do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Paraná, (PR), Brasil e-mail: diniz.ufpr@gmail.com

aspect of social work and, above all, failed to consider other essential aspects of the production of space: cultural and scientific exchanges. Likewise, the use of "exploitation theory" applied to the understanding of the nature of the international division of labor ended up condemning the countries exporting capital and capital at interest, providing a fatalistic and mechanistic analytical matrix to work on the systemic relations between nations, since it engages cooperation on an international scale and the scrutiny of new paths to the development of nations that do not have domestic savings.

Keywords: Value theory. Labor value, International Division of Labor. Geographic space.

Introdução

A ideia de que o trabalho agrega valor à mercadoria é desenvolvida pelos economistas liberais do século XVIII, como Adam Smith e David Ricardo, que buscavam se contrapor à ideia do valor de uso. Assim, a Economia Política do século XVIII acreditava "que a riqueza de uma nação era resultado do trabalho de seus cidadãos e que o valor de troca das mercadorias refletia o esforço despendido na produção das mesmas." (Mattei, 2023, p. 274).

Entretanto, o valor trabalho para os clássicos se referia apenas "a quantidade relativa de trabalho necessário para produzir e não da maior ou menor remuneração auferida por este trabalho" (Ricardo, 1965, p. 31). No século XIX, Karl Marx (2013) vai estabelecer na obra *O Capital*, o conceito de mais-valia como base do lucro no sistema capitalista, que seria dada pela diferença entre o valor final da mercadoria e o valor dos meios de produção mais o trabalho que é a base do lucro no sistema capitalista.

Esse pressuposto marxista de que haveria uma exploração do trabalho no processo de produção de mercadorias seria a justificativa do conceito de luta de classes. Mais tarde, Rosa Luxemburgo e Vladimir I. Lênin também usariam este conceito de mais-valor para explicar a exploração entre nações, formulando as bases marxistas da teoria do imperialismo. O conceito de mais-valia saía da esfera da economia e ingressava na análise das relações internacionais, chamando o interesse de outras áreas do conhecimento como a ciência geográfica.

A partir do último quartel do século XX, a Geografia brasileira vai se inspirar fortemente na visão marxista da teoria do valor-trabalho. À título de exemplo, Roberto Lobato Corrêa (1986) vai afirmar que as grandes corporações desempenham o mais importante papel na organização do território, e que através da constituição de centros de gestão do território concentram a riqueza produzida pelas grandes corporações e, com ela, concentram a pobreza. Milton Santos (1985), na obra *Espaço e Método*, define o espaço geográfico a partir do meio ecológico (conjunto de complexos territoriais) e as infraestruturas através do trabalho humano. A atualização desta ideia ao período da globalização aparece para esse autor em *A Natureza do*

Espaço, ao definir que os sistemas técnicos de nosso tempo apresentariam uma unicidade de comando à escala global, tendo "sobretudo as instituições financeiras" como "responsáveis pela circulação universal da mais-valia" (Santos, 2006).

Isto significa que uma grande parte do olhar geográfico sobre o espaço está condicionado pela valorização do trabalho. Esta opção conceitual acaba por limitar outras formas de análise da valorização do espaço, como a riqueza advinda das trocas de ideias e conhecimentos que ocorrem em diferentes escalas. Ao lado do desenvolvimento da técnica a partir do ócio criativo, também devemos considerar como importantes a produção cultural e as trocas culturais que moldam o espaço geográfico.

Diante do exposto, a proposta deste artigo é compreender as limitações da visão da teoria do valor-trabalho no próprio campo da teoria do valor das mercadorias, onde é apenas aparente seu domínio absoluto no campo das ideias. Para tanto, vamos iniciar com uma apresentação da formação do valor de uma mercadoria e sobre o que seria seu preço justo. No momento seguinte, vamos apontar a crítica da Escola de Viena à teoria do valor-trabalho; quando finalmente vamos nos deter nas falhas da visão marxista sobre as causas da riqueza das nações em geral, e sobre as falhas da visão da geografia marxista no uso do conceito de divisão internacional do trabalho.

O caminho metodológico seguido neste trabalho deriva de uma revisão bibliográfica das obras clássicas sobre a formação do valor e do preço das mercadorias, cobrindo desde os escolásticos até os economistas clássicos ingleses, e culminando nos marxistas e nos economistas austríacos. Deste procedimento de confrontação de autores e ideias, espera-se contribuir no sentido de um resgate da pluralidade teórica na própria ciência geográfica.

A formação do valor e do preço de uma mercadoria

Os esforços intelectuais no sentido de formação de uma teoria do valor das mercadorias e serviços vêm de longa data, sendo anteriores mesmo aos teóricos da Escola Austríaca de Economia, que se tornaram conhecidos por suas ideias em torno da defesa da liberdade econômica e dos mercados livres.

Ainda no período conhecido como Baixa Idade Média, Jean Buridan (1300-1358), reitor da Universidade de Paris, deduziu que o dinheiro era apenas um meio para simplificar as trocas, e que seu uso deveria surgir do espontaneismo do mercado e não da imposição do Estado. Seu contemporâneo, Nicolau Oresme (1325-1382) complementou essa ideia ao afirmar

que o Estado não deveria interferir no sistema monetário, sob pena de agravar o quadro inflacionário.

Mas coube efetivamente a Pierre de Jean Olivi (1248-1298) observar que o preço surgia da interação entre compradores e vendedores no mercado, ou seja, o mercado manifestava os desejos de comprar ou abster-se de comprar determinada mercadoria por determinado preço. Mais tarde, Juan de Lugo (1583-1660) afirmaria que os preços variam em função da sua utilidade para as necessidades humanas, sendo que o preço natural subiria diante da abundância de compradores e de dinheiro, e desceria pelos fatores contrários.

Mas essa compreensão da complexidade do mecanismo de determinação dos preços de modo a incluir a dimensão subjetiva do valor da mercadoria seria quase que apagada do pensamento econômico formado a partir do Iluminismo. Primeiro através dos economistas liberais do século XVIII, notadamente Adam Smith e David Ricardo; e depois com o pensamento econômico derivado de Karl Marx desde meados do século XIX.

Na obra *Contribuição à crítica da economia política*, Karl Marx (2016) analisa o movimento de reprodução do capital em geral, centrando a explicação da riqueza da burguesia a partir do processo de acumulação do capital e sua inversão na produção de mercadorias. Marx (2016, p. 11) vai separar a mercadoria, tomada isoladamente como a forma elementar desta riqueza, em "valor de uso" e "valor de troca".

Para Marx, o valor de troca é a base material sob a qual "se manifesta de modo imediato uma relação econômica determinada", "que aparece como uma relação quantitativa segundo a qual os valores de uso são permutáveis entre si" (MARX, 2016, p. 11-12). Na obra *O Capital*, Marx (2016, p. 146-147) explicita o que descreve como "caráter fetichista da mercadoria e seu segredo":

> Uma mercadoria aparenta ser à primeira vista, uma coisa óbvia, trivial. Sua análise resulta em que ela é uma coisa muito intricada, plena de sutilezas metafísicas e melindres teológicos. Quando é valor de uso, nela não há nada de misterioso, quer eu a considere do ponto de vista de que satisfaz necessidades humanas por meio de suas propriedades, quer do ponto de vista de que ela só recebe essas propriedades como produto do trabalho humano. É evidente que o homem, por meio de sua atividade, altera as formas das matérias naturais de um modo que lhe é útil. O caráter místico da mercadoria não resulta, portanto, de seu valor de uso. Tampouco resulta do conteúdo das determinações de valor, pois, em primeiro lugar, por mais distintos que possam ser os trabalhos úteis ou as atividades produtivas, é uma verdade fisiológica que eles constituem funções do organismo humano e que cada uma dessas funções, seja qual for seu conteúdo e sua forma, é essencialmente dispêndio de cérebro, nervos, músculos e órgãos sensoriais humanos etc. Em

> segundo lugar, no que diz respeito àquilo que se encontra na base da determinação da grandeza de valor – a duração desse dispêndio ou a quantidade do trabalho –, a quantidade é claramente diferenciável da qualidade do trabalho. Sob quaisquer condições sociais, o tempo do trabalho requerido para a produção dos meios de subsistência havia de interessar aos homens, embora não na mesma medida em diferentes estágios de desenvolvimento. Por fim, tão logo os homens trabalham uns para os outros de algum modo, seu trabalho também assume uma forma social.

Os objetos de uso, nessa perspectiva, se tornam mercadorias porque são produtos de trabalhos privados realizados independentemente uns dos outros, constituindo o trabalho social e assumindo duplo caráter: satisfazerem uma determinada necessidade social, conservando a si mesmos, como elos do trabalho total do sistema natural-espontâneo da divisão social do trabalho e satisfazerem as múltiplas necessidades de seus próprios produtores (Marx, 2016, p. 147-148).

Na visão de Marx, a determinação da grandeza de valor por meio do tempo de trabalho é, portanto, um segredo que se esconde sob os movimentos manifestos dos valores relativos das mercadorias. Assim, a análise dos preços das mercadorias conduz à determinação da grandeza do valor, assim como a expressão monetária comum das mercadorias conduz à fixação de seu caráter de valor. Porém, é justamente essa forma acabada – dinheiro – do mundo das mercadorias que vela materialmente, em vez de revelar, o caráter social dos trabalhos privados e, com isso, as relações sociais entre os trabalhadores privados (Marx, 2016).

Lênin (2019, p. 267) descreveu que, "em certo grau do desenvolvimento da produção de mercadorias, o dinheiro transforma-se em capital". Salientou que Marx chama de mais-valor, o acréscimo do valor primitivo do dinheiro que é posto em circulação.

Nesse sentido, para obter o mais-valor, o possuidor do dinheiro precisaria descobrir no mercado uma mercadoria, cujo valor de uso fosse fonte de valor e em seu processo de consumo fosse ao mesmo tempo um processo de criação de valor – a força de trabalho humano. Seu uso é o trabalho, e o trabalho cria valor. Ou seja, cria um "mais-produto" não retribuído pelo capitalista, que constitui o mais valor no processo do trabalho, ao voltar a produzir para obter lucro. "O lucro é a relação entre o mais-valor e o capital total investido em uma empresa" (Lênin, 2019, p. 267-270).

Ao apresentar o pensamento marxista sobre valores, mercadoria e preços, Lênin (2019, p. 271) enfatizou que,

> A soma dos valores de todas as mercadorias em dada sociedade coincide com a soma dos preços das mercadorias, mas, em cada empresa e em cada ramo da

> produção, as mercadorias, sob influência da concorrência, são vendidas não por seu valor, mas pelo preço de produção (ou pelos preços da produção), que é igual ao capital mais o lucro médio. Assim, a diferença entre o preço e o valor e a equalização do lucro, fatos incontestáveis e conhecidos de todos, são perfeitamente explicadas por Marx com base na lei do valor, porque a soma dos valores de todas as mercadorias coincide com a soma de seus preços. No entanto, a relação do valor (social) aos preços (individuais) não ocorre de forma simples nem imediata; ela segue uma via muito complexa: é totalmente natural, que numa sociedade de produtores de mercadorias dispersos, ligados uns aos outros apenas pelo mercado, as leis que regem essa sociedade não se manifestem de outro modo que não pela regularidade da sociedade, das massas, na compensação recíproca dos desvios individuais de uma ou outra parte.

A sociedade capitalista gravita em torno da produção de mais dinheiro, exigindo em dado momento a produção de mercadorias, de modo que a análise de Marx começa pela análise da mercadoria, conforme descreveu Lênin (2019).

Na interpretação de Grespan (2019, p. 27), em Marx "parece que a crítica tem como fulcro a exploração direta do trabalhador pelo capitalista [que é] dissimulada pela igualdade jurídica de ambos no mercado de trabalho e obscurecida pelas formas sociais mais complexas, como ao da obtenção de mais-valor relativo". No entanto, conforme elucidou Grespan (2019), a crítica vai além disso, pois é necessário entender os mecanismos sofisticados de inversão e ocultamento de toda essa esfera de produção e constituição do capital. Era a isso que o projeto original da obra *Contribuição da crítica da economia política* visava desde sempre,

> [...] ao partir do "capital em geral" para chegar à concorrência entre capitalistas, ao sistema de crédito e à propriedade da terra. Enquanto o "capital em geral" define "leis econômicas" pela relação constitutiva entre o capital e o trabalho, a esfera da concorrência, do crédito e da propriedade da terra determina o modo como essas "leis" se realizam. Em uma primeira aproximação, pode-se afirmar que, nesse ponto de chegada, a crítica gira em torno do fetichismo do capital (Grespan, 2019, p. 27).

Na definição do lucro individual da empresa industrial, seria a concorrência quem fixaria a taxa média do lucro incidente sobre o preço de custo próprio da empresa"[i]:

> Embora Marx afirme que o poder social aparece para os agentes como uma lei da natureza, como "a casa que desaba na cabeça", ele também o descreve como uma força mágica e transcendental, cujo funcionamento parece não depender só de leis compreensíveis, mas também da fortuna e dos humores tirânicos do mercado. As representações mentais a respeito desse poder são ditas, por isso, "irracionais", e, de modo sintomático, "não conceituais" ou "sem conceito". É o caso da determinação dos preços de produção pela concorrência: "a média dos lucros das esferas de produção específicas [...] só pode ser desenvolvida a partir

> do valor das mercadorias". Sem esse desenvolvimento, a taxa de lucro geral (e daí, também o preço de produção das mercadorias) é uma representação sem sentido nem conceito. Isso é enfatizado [...] quando "se elimina todo o conceito de valor. Fica só a representação do preço" (Grespan, 2019, p. 284).

Ao resgatar a abordagem marxista original, "que apresenta a lei do valor como o fundamento dos preços de produção, concebidos como centros de gravitação dos preços de mercado", Gontijo (2009, p. 494) salientou que:

> Desde a publicação do Livro III de *O Capital* que a questão da transformação de valores em preços tem sido um tema recorrente e controverso na economia marxista. Concebida como uma crítica definitiva à teoria de preços da "economia vulgar" (Engels, 1894), a construção marxista tornou-se, ela mesma, objeto de ataques acerbos, centrados na aparente impossibilidade de se preservar o "lema de Marx" (Monza, 1979), que estabelece a identidade simultânea entre as somas dos valores e dos preços de produção e entre as massas de mais-valia e de lucros. De tosquiador a tosquiado, o marxismo aparentemente se fragmentou na tentativa de dar uma resposta adequada ao problema, com a proliferação de "soluções" que, além de incompatíveis entre si, aparentemente requerem a reformulação radical de conceitos fundamentais desenvolvidos em *O Capital*.

No entanto, em sua reflexão, Gontijo (2009, p. 509) concluiu que a lei do valor representa fundamento necessário do sistema de preços de produção, visto que:

> Possui caráter axiomático, na medida em que, em toda a sociedade mercantil, a distribuição do trabalho social tem de necessariamente se impor sobre os produtores independentes, que somente se articulam através do mercado. Além disso, ao contrário da teoria neorricardiana de preços de produção, a teoria do valor-trabalho permite dar conta do duplo caráter das mercadorias, que custa capital para a sociedade como um todo.

Gontijo (2009) argumentou ainda, que é através da teoria do valor-trabalho que se derivam sistematicamente todas as categorias econômicas da economia de mercado, inclusive a economia mercantil simples, e que abandoná-la, equivaleria renunciar a uma teoria geral das economias de mercado.

Simonsen (1984, p. 128) enfatizou em sua análise que, "a contabilidade em valores marxistas só pode ser aplicada a casos muito particulares em que só há produção simples e um único processo para a obtenção de cada bem". No caso geral, não há como assegurar nem a unicidade dos valores marxistas nem dos dois conceitos básicos que dele se inferem: a taxa de mais-valia e a composição orgânica média do capital. Assim, como não é possível construir uma teoria do capital baseada na ideia do período de produção, não é possível desenvolver uma

teoria do crescimento e do lucro a partir do conceito da mais-valia (Simonsen, 1984, p. 128-129).

Dentro do sistema dual de contas, algumas fórmulas marxistas, conforme argumentou Simonsen (1984, p. 121), "devem ser corrigidas"; pois "o famoso método de calcular a taxa de lucro dividindo-se a mais-valia pelo capital total (constante mais variável) é válido para o conjunto, mas não para cada setor da economia".

Na descrição de Simonsen (1984):

> *O Capital* apresenta uma teoria geral de formação dos preços fundada no valor-trabalho; uma teoria da exploração do homem pelo homem cujo fulcro é o fenômeno da mais-valia: nas regras do jogo capitalista, uma hora de trabalho se compra por muito menos do que aquilo que o trabalhador produz em uma hora; uma teoria da acumulação e do crescimento assentada no reinvestimento da mais valia apropriada pelos capitalistas; uma teoria de inovações poupadoras de trabalho e que se encarregariam de aferrar os salários ao nível de subsistência; uma teoria das crises alicerçada na contradição entre subconsumo e acumulação contínua de capital; uma teoria de concentração monopolista que deixaria os poucos ricos cada vez mais ricos e o proletariado cada vez mais pobre. E, como fecho apocalíptico, uma teoria da taxa decrescente de lucro que levaria o capitalismo à autodestruição pelas suas contradições internas (Simonsen, 1984, p. 4).

Como ressaltou Simonsen (1984, p. 4), "lutando com tantas frentes de trabalho [...] Marx só podia construir uma teoria repleta de erros. Com um mínimo de cálculo diferencial Böhm-Bawerk e seus discípulos não tiveram dificuldade em refutar, ponto por ponto, as teses de Marx".

A crítica da Escola de Viena à teoria do valor-trabalho

Carl Menger, considerado fundador da Escola Austríaca de Economia ou Escola de Viena, ficou famoso por sua contribuição ao desenvolvimento da teoria da utilidade marginal ao refutar a teoria clássica do valor-trabalho. As ideias de Menger, posteriormente expandidas por L. von Mises e F. Hayek, foram revolucionárias num mundo influenciado pela teoria marxista de valor. Essas ideias foram sintetizadas por Constantino (2009, p. 17-19):

- Aquilo que tem nexo causal com a satisfação de nossas necessidades humanas pode ser denominado "utilidade", podendo ser definido como "bem". É o conhecimento progressivo do nexo causal das coisas com o bem-estar humano

que leva a humanidade do estágio primitivo e de miséria extrema ao desenvolvimento e riqueza.

- A propriedade seria "a única solução prática possível que a própria natureza (isto é, a defasagem entre demanda e oferta de bens) nos impõe, no caso de todos os bens denominados econômicos". Um bem econômico seria justamente aquele em que a demanda excede a oferta.
- A definição de valor está relacionada à importância que determinados bens concretos – ou quantidades concretas de bens – adquirem para nós, pelo fato de estarmos conscientes de que só poderemos atender às nossas necessidades na medida em que dispusermos deles.
- O valor não é algo inerente aos próprios bens, mas um juízo que as pessoas envolvidas em atividades econômicas fazem sobre a importância dos bens de que dispõem para a conservação de sua vida e bem-estar. Portanto, só existe na consciência das pessoas em questão. O valor é, por sua própria natureza, algo totalmente subjetivo. Tal como o valor, a medida para se determiná-lo é de natureza totalmente subjetiva.
- A quantidade de trabalho ou outros bens secundários necessários para se produzir o bem primário não possui nexo causal necessário e direto com a medida de valor que ele terá, pois, quando alguém faz a avaliação de um bem, se preocupa exclusivamente em saber que serventia tem para ele e de que vantagens esse alguém se privaria, não dispondo dele.

Em contraposição ao argumento marxista do caráter exploratório do trabalho e do mercado, para os economistas austríacos, havendo consciência por parte dos indivíduos em questão, qualquer troca voluntária – ou seja, sem coerção ou ameaça de violência – é mutuamente benéfica. Isso decorre do fato de que cada indivíduo irá participar de uma permuta de bens somente quando julgar que o valor daquilo que recebe supera o valor do que dá em troca. Sem ser obrigado por ninguém a trocar, o indivíduo, quando realiza uma troca, sempre irá julgá-la vantajosa sob a ótica de seus valores pessoais (Constantino, 2009).

A teoria do valor subjetivo é talvez a maior contribuição e medida do reconhecimento da importância de Menger. Partindo mais especificamente para a teoria marxista, Constantino (2009, p. 20) descreve:

> Acredita-se que o valor de toda mercadoria depende unicamente da quantidade de trabalho empregada em sua produção. Marx dá mais ênfase a esse princípio do que Rodbertus e vai direto ao ponto em sua obra *O Capital*. "Como valores, todas as mercadorias são apenas medidas de tempo de trabalho cristalizado." No limite, uma fábrica de gelo construída no Alaska teria o mesmo valor que uma fábrica de gelo construída no mesmo tempo e pela mesma quantidade de trabalho no deserto de Saara. A teoria marxista de valor ignora totalmente o fator de subjetividade e utilidade do lado da demanda. Ela não leva em conta que o fato de trabalho árduo ter sido empreendido não é garantia de que o resultado terá valor pela ótica do consumidor. Ou, ao contrário, ignora que muitas vezes pouco esforço ou trabalho pode gerar algo de muito valor para os outros, como ocorre nas ideias brilhantes. Há ainda a diferença de produtividade entre as pessoas – é improvável considerar equivalentes, as horas de trabalho de um grande artista e de um simples pintor de parede.

Prosseguindo sobre os erros de metodologia de Marx, Constantino (2009, p. 20) corrobora com Böhm-Bawerk ao destacar que:

> Na busca do fator "comum" que explicaria o valor de troca, Marx elimina todos os casos que não correspondem ao que ele pretende "provar". O objetivo, desde o começo, é só colocar na peneira as coisas trocáveis que possuem aquilo que Marx finalmente deseja extrair como a "característica comum", deixando de fora todas as outras que não têm. Böhm-Bawerk diz que Marx faz isso como alguém que, "desejando ardentemente tirar da urna uma bola branca, por precaução coloca na urna apenas bolas brancas". Assim, excluir os bens trocáveis que não sejam bens de trabalho seria um mortal pecado metodológico. Em seu modelo, Marx poderia ter usado praticamente qualquer característica e até mesmo concluir que, por exemplo, o peso é o fator comum que explica o valor de troca. E Böhm-Bawerk conclui: "Expresso minha admiração sincera pela habilidade com que Marx apresentou de maneira aceitável um processo tão errado, o que, sem dúvida, não o exime de ter sido inteiramente falso". Para Marx, a mais-valia seria uma consequência do fato de o capitalista fazer obter o trabalho sem pagar uma parte dele aos trabalhadores. Na primeira parte do dia, o trabalhador atuaria por sua subsistência e, depois, haveria um "superávit de trabalho" em que ele seria explorado sem receber por seu esforço.

Ludwig Lachmann também merece destaque principalmente por sua contribuição à teoria do capital com base no subjetivismo "austríaco". Sob a influência de Hayek, Lachmann formou melhor suas ideias sobre a estrutura do capital na visão dos economistas austríacos:

- Lachmann propôs o conceito de uma estrutura de capital composta de uma grande variedade de elementos produtivos complementares, definindo que a teoria do capital deve ser dinâmica. Enfatizou que mudanças no uso dos bens

duráveis refletem a aquisição e transmissão de conhecimento e que os modelos estáticos de equilíbrio tratam o capital como se fosse homogêneo, daí pecam por não permitir ênfase no processo de mudança nos mercados.

- O que define o capital não são suas propriedades físicas, mas suas funções econômicas e a capacidade de extrair lucro de seu uso. O principal agente dos processos econômicos é a interação de mentes e a transmissão de conhecimentos no mercado, permitindo ajustes constantes na estrutura de capital heterogêneo.
- Uma teoria do investimento, calcada na premissa de um estoque de capital homogêneo e quantificável não consegue lidar com mudanças na "composição" desse estoque de capital. Diferentes bens de capital são não só heterogêneos como complementares e a estrutura de capital – as várias formas como os bens serão usados – produz importantes impactos nas decisões de investimento.
- Oportunidades de investimento surgem graças às mudanças inesperadas. Por isso, torna-se crucial dissolver e rearranjar a estrutura de capital existente de forma a atender seu uso da melhor forma possível. Para tanto, a transmissão de conhecimento deve funcionar livremente, e este é o papel do mecanismo de preços.
- Existe um claro aspecto subjetivista na "interpretação" das experiências. Os preços de mercado representam o mais eficiente mecanismo de transmissão do conhecimento disperso no mercado. Em um mundo com mudanças inesperadas, a prioridade da teoria do capital é adaptar o capital "mal-investido"[ii] a outras funções – este é o principal papel dos empreendedores na economia. Impedir a mudança livre nos preços de mercado é barrar a transmissão de conhecimento (*apud* Constantino, 2009, p. 95-97).

Em suma, para Ludwig Lachmann (*apud* Constantino, 2009, p. 97-98):

> O maior grau de complexidade poderá representar também risco maior durante uma distorção nos preços causada por intervenções do governo. O principal preço que pode levar a tais distorções é, sem dúvida, a taxa de juros. Quando esta é manipulada de forma a permanecer artificialmente baixa, uma fase de grandes investimentos se inicia sem que haja recursos adequados para suprir as necessidades futuras de capital. Para piorar a situação, até os recursos existentes acabam desperdiçados, utilizados de forma ineficiente e contando com bens complementares de capital que não estarão disponíveis. Para os keynesianos, o curso do ciclo econômico significa, basicamente, flutuações no grau de utilização dos recursos existentes. Mas, como

> Lachmann reforça, o reagrupamento dos recursos é fator fundamental do ciclo, tal como o aumento ou redução em certas direções. Logo, as soluções propostas pelos keynesianos não resolvem as crises causadas pelo período de forte aceleração dos investimentos. Ao contrário, podem agravar os males criados pelas distorções no mercado e contribuir para uma visão ainda mais nebulosa dos empresários. Políticas destinadas a restaurar as magnitudes dos valores agregados macroeconômicos, como emprego ou renda, irão fracassar.

Conforme Constantino (2009), as consequências dos erros nos planos de investimentos na fase da bonança são inevitáveis: alguém terá que pagar por eles. Um esforço do governo para simplesmente manter a demanda agregada por meio do estímulo ao consumo irá prejudicar o processo necessário de ajuste. Ao impedir o reajustamento da estrutura de capital, o governo cria novamente a ilusão de que projetos fracassados serão bem-sucedidos e acaba estimulando a alocação de mais capital para projetos que deveriam ser abandonados.

Esse problema do cálculo econômico é a razão da crítica dos economistas austríacos ao planejamento central que ocorria nos países socialistas, e que arbitrariamente tentavam deduzir um preço médio para as mercadorias, impossibilitando a alocação eficiente dos fatores de produção pelo mercado, uma vez que esses preços fixados pelo governo eram arbitrários, resultando na produção de escassez generalizada (Mises, 2017). Posteriormente, outro economista da Escola de Viena, Friedrich Hayek (1990) argumentou que o conhecimento (inclusive o conhecimento econômico) também se encontra disperso na sociedade, e que diante disto qualquer tentativa de estabelecer um planejamento centralizado redundaria em fracasso[iii].

A riqueza das nações e as visões marxistas mecanicistas e simplificadoras das trocas internacionais

Baseado na teoria da exploração de Marx e na teoria do imperialismo de Rosa Luxemburgo e Vladimir Lênin, surgiu no interior do pensamento marxista uma leitura da divisão internacional do trabalho não apenas como especialização das nações naquilo que produziam de melhor pela espontaneidade do mercado, mas como uma estrutura de dominação rígida e fatalista. Para o marxista Robert Kurz (1993), os países que chegaram depois em cada fase da revolução industrial, teriam chances cada vez mais diminutas de alcançar o desenvolvimento em razão do caráter concentrador do capital. Para este autor, o caráter altamente tecnológico da produção leva unidades industriais e regiões inteiras à obsolescência

e representa o acirramento da contradição entre o mundo da produção de riqueza e o mundo do trabalho (Kurz, 1993).

Essa visão é corroborada pelo geógrafo marxista David Harvey (1993), para quem a maior efemeridade das formas produtivas atuais decorre justamente desse novo regime de acumulação capitalista baseado na aceleração das inovações tecnológicas aplicadas ao processo produtivo. Por outro lado, as velhas formas de acumulação por espoliação estariam sendo resgatadas pelos Estados Unidos através da fusão contraditória da "política do Estado e do Império" (eminentemente territorialista) com os "processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo" (Harvey, 1993, p. 34-35).

Em suma, na visão marxista e neomarxista a fragmentação e a divisão hierárquica (exploratória) do trabalho aparecem sob os seguintes aspectos principais:

1. Dentro de um grupo particular ou de um setor de trabalho.
2. Entre diferentes grupos de trabalhadores pertencentes à mesma comunidade nacional.
3. Entre corpos de trabalho de nações diferentes, opostos uns aos outros no contexto da competição capitalista, desde a escala mínima até a mais abrangente, inclusive a potencial colisão de interesses sob a forma de guerras.
4. A força de trabalho dos países avançados – os beneficiários – relativos da divisão capitalista global do trabalho – em oposição à força de trabalho relativamente bem mais explorada do "Terceiro Mundo".
5. O trabalho no emprego, separado e oposto aos interesses objetivamente diferentes – e em geral político-organizacionalmente não articulados – dos "não-assalariados" e dos desempregados, inclusive as vítimas sempre muito numerosas da "segunda revolução industrial". (Mészáros, 2011, p. 1058).

Na análise de Mészáros (2011, p. 1058), a "fragmentação e divisão de interesses no interior do próprio trabalho implicam – tanto antes quanto depois da revolução – uma inevitável atuação do Estado". A grande variedade de medidas adotadas pelo Estado, desde o salário mínimo e a legislação do seguro social até a criação de tarifas protecionistas e outras barreiras nacionais, e desde a administração interna da relação de forças contra os "excessos" até a participação em empreendimentos internacionais que garantem maior vantagem à classe dominante nacional, oferecendo ao mesmo tempo alguma vantagem relativa à força de trabalho nacional, foram aspectos lembrados por esse autor. Evidentemente,

> Essa condição também é o princípio a partir do qual o Estado pode sujeitar vários interesses conflitantes que estão no seu próprio lado da confrontação social mais ou menos latente. Além disso, e nunca será demasiado insistir neste ponto, não estamos falando de um espectro estreito de interesses comuns, especialmente nos países capitalistas avançados. Precisamente em vista da divisão social do trabalho, que origina, reproduz e constantemente reforça a fragmentação e divisão internas do próprio trabalho, o trabalho em si tem forte interesse na contínua estabilidade social (daí a tendência para seguir "a linha de menor resistência"), como condição vital de sua própria autorreprodução. Por isso, em circunstâncias normais, o trabalho internamente dividido e fragmentado está à mercê não apenas da classe dominante e de seu Estado, mas também das exigências objetivas da prevalecente divisão social do trabalho. Consequentemente, observamos manifestações paradoxais e problemáticas daqueles interesses que o trabalho compartilha com seu adversário dentro dos limites do socio metabolismo material e institucionalmente imposto (e, em grande extensão, autoimposto). (Mészáros, 2011, p. 1058-1059).

A "nova forma política" não pode simplesmente abolir a fragmentação e a divisão interna do trabalho, vinculadas e incorporadas aos instrumentos e práticas produtivas tradicionais da sociedade. As mudanças em questão envolvem todo o processo da reestruturação, com todas as suas restrições objetivas e subjetivas que escapam, em grande medida, ao poder da intervenção política direta (Mészáros, 2011, p. 1059).

A ciência geográfica seguiria de perto essas teorias neomarxistas, onde a divisão territorial da riqueza se desdobraria em complexas e fugazes hierarquias de lugares. Em outras palavras, nessa perspectiva é o grau diferencial de valorização capitalista dos territórios que determinaria o estatuto científico de um objeto geográfico.

Alain Lipietz (1988) criticou duramente as visões mecanicistas da divisão internacional do trabalho presentes nos escritos marxistas; e ainda que seu intento fosse retomar a centralidade da dimensão do Estado na teoria marxista, o autor não deixou de constatar as mudanças territoriais – inclusive na relação centro-periferia que continuavam a ocorrer na globalização.

Mas o ponto central da crítica neomarxista é o domínio do capital a juros que aconteceu na etapa da globalização, e que segundo esta visão, teria posto a mais-valia como uma condição global aos investimentos produtivos. Desde Roberto Lobato Corrêa até David Harvey e Milton Santos, o capital financeiro é o grande vilão também para os geógrafos escorados na "teoria da exploração" marxista e suas atualizações reescritas pelos neomarxistas.

Ora, o mistério oculto na produção da mercadoria que o marxismo supunha ter desvelado, é reescrito justamente na teoria socialista de juro. Mais conhecida como "teoria da

exploração", a teoria socialista do juro diz que "todos os bens de valor são produtos do trabalho humano, mas que os trabalhadores não recebem o produto integral do que produziram porque os capitalistas tomam para si parte deste produto" (Constantino, 2009, p. 20). Nesse sentido, o juro do capital consistiria numa parte do produto de trabalho alheio obtido pela exploração e opressão dos trabalhadores. Esse argumento marxista é insustentável porque ignora a diferença entre valor presente e valor futuro, como se fosse indiferente consumir um bem agora ou daqui a dez anos (Constantino, 2009, p. 20-21). O valor futuro refere-se à capitalização de um bem financeiro qualquer, portanto, os juros nada mais são que a incorporação da expectativa do mercado quanto à valorização deste bem.

Mas sempre foi mais fácil aos intelectuais - e políticos - escorados nas teses marxistas responsabilizar os "países centrais" e os bancos pelos problemas do subdesenvolvimento. Ainda hoje, mesmo no meio acadêmico, a usura é vista da mesma maneira como era no medievo: um pecado contra a justiça; quando deveria ser tratada como aquilo que realmente é: um instrumento que pode ser usado para garantir o desenvolvimento sempre que não houver condições mínimas de poupança doméstica.

Nesse sentido, torna-se muito fácil criticar as construções teóricas de Marx, explicitamente anunciadas por Ricardo e seus contemporâneos, quando se entende que o valor-trabalho é um fundamento frágil para uma teoria de preços; que a lei férrea de salários é uma conjectura sem apoio empírico e que as inovações numa economia com rendimentos constantes não podem, simultaneamente, deprimir salários e taxas de lucro (Simonsen, 1984, p. 6).

Considerações finais

Toda uma teoria geográfica das relações internacionais foi elaborada com base na "teoria da exploração" do trabalho do marxismo; englobando desde as teorias do novo imperialismo de David Harvey até a teoria da mais-valia universal de Milton Santos (2006). O contraponto a esta ideia errônea de exploração dos países pelo sistema financeiro internacional pode ser encontrado entre os economistas austríacos. Na obra *As Seis Lições*, Ludwig von Mises (2018) discorre sobre o início do processo de desenvolvimento nos países menos desenvolvidos. Para esses países, o investimento estrangeiro se constituiu num fator preponderante ao desenvolvimento ao representar a possibilidade de contornar o problema do baixo nível de poupança doméstica.

Mas a teoria totalizante marxista não se opõe apenas ao sistema financeiro internacional, ela se opõe à própria ideia de sociedade aberta (Popper, 1974). A previsão marxista de que as contradições do capitalismo levariam esse sistema ao fim não se confirmou mesmo diante das crises de acumulação de capital e/ou de consumo ocorridas em países desenvolvidos, que acabaram sempre equacionadas. Aliás, é justamente essa incapacidade em lidar com as provas empíricas, como destaca Popper (1974), que abala o alicerce da teoria marxista, demonstrando seu caráter dogmático ou teologizante.

[i] A perda de controle sobre o processo externo aumenta com a concorrência entre comerciantes e industriais, pela qual o lucro comercial parece se adicionar ao preço de produção industrial; e aumenta ainda mais quando é preciso pagar juros por obrigação contratual mais do que econômica, atingindo o auge com a renda paga para remunerar o mero direito de propriedade. Em escala crescente, essas determinações provêm de fora, cada vez mais externas ao âmbito sobre o qual se exerce comando direto (Grespan, 2019, p. 283-284).

[ii] Há, porém, outra forma de distorcer totalmente a estrutura de capital: a inflação. O processo inflacionário não "toca todos os sinos" ao mesmo tempo; alguns setores irão acusar a informação antes, mas sem reconhecer o fator ilusório no novo cenário. Os empresários deste setor pensarão que seus planos iniciais eram tímidos, e novos projetos parecerão mais rentáveis do que são de fato. Programas de expansão de capital, antes inviáveis serão iniciados. Ocorre, portanto, um "mal-investimento" pelo desperdício de capital em planos guiados por informação enganosa. Quanto mais complexa a estrutura de capital na economia – fato decorrente do progresso das sociedades –, maior pode ser o estrago causado pela distorção no mercado. Afinal, há uma grande "divisão de capital" análoga à divisão de trabalho citada por Adam Smith e, em efeito cascata, uma especialização maior. A complementaridade dos inúmeros bens de capital será afetada de forma mais perversa pela distorção (Constantino, 2009, p. 97).

[iii] Outro economista austríaco que alcançou destaque foi Eugen von Böhm-Bawerk (1987), quando restabeleceu o poder relacional entre os polos capital-trabalho ao argumentar que os capitalistas não necessariamente exploram seus trabalhadores, pois ao fornecer-lhes uma renda adiantada das receitas dos bens por eles produzidos pode estar mesmo os ajudando. Nessa visão, o agente capitalista é apenas um usuário do capital antecipado pelo sistema financeiro, assumindo o risco de arcar com o valor tomado de empréstimo e com os juros pelo tempo de cessão desse capital.

Referências

ALBERT, André (Org.). **FRIEDRICH, Engels... [et. al]. Marx pelos marxistas**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BOEHM-BAWERK, Eugen von. **Teoria da exploração do socialismo comunismo**. São Paulo: Editora José Olympio, 1987.

CONSTANTINO, Rodrigo. **Economia do indivíduo**: o legado da Escola Austríaca. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises. Brasil. 2009.

GONTIJO, Cláudio. O valor-trabalho como fundamento dos preços. In **Economia e sociedade**, Campinas, v. 18, n. 3 (37), p. 493-511, dez. 2009.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 2006.

GRESPAN, Jorge Luís da Silva. **Marx e a crítica do modo de representação capitalista**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HAYEK, Friedrich August von. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LÊNIN, Vladimir llitich. Karl Marx (breve esboço biográfico e uma exposição do marxismo) (1914) in ALBERT, André (Org.). **FRIEDRICH, Engels... [et. al]. Marx pelos marxistas**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. Revisão da Tradução: Carlos Roberto F. Nogueira. 5ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política – livro I: o processo de produção do capital. [tradução de Rubens Enderle]. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTEI, Lauro. Teoria do valor-trabalho: do ideário clássico aos postulados marxistas. ***Ensaios FEE****,* Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 271-294, 2003.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. 1ª ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. Tradução de Magda Lopes e Paulo Cezar Castanheira. 1ª ed. 4ª reimpr. São Paulo: Boitempo, 2012.

MISES, Ludwig von. **O cálculo econômico em uma comunidade socialista**. São Paulo: LVM Editora, 2017.

MISES, Ludwig von. **As seis lições**. São Paulo: LVM Editora, 2018.

POPPER, Karl. **A sociedade aberta e seus inimigos** (2 volumes). São Paulo: EDUSP, 1974.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e de tributação.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1965.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: EdUSP, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2006b.

SIMONSEN, M. H. Número especial sobre Marx e a revolução de Von Neumann. In **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro, v. 38, n. 2, p. 1-164. abril/junho de 1984.

WOODS JR., Thomas E. **Como a Igreja Católica construiu a civilização ocidental**. São Paulo: Quadrante, 2014.